Escuta e orientações jurídicas no roteiro de visitas às escolas

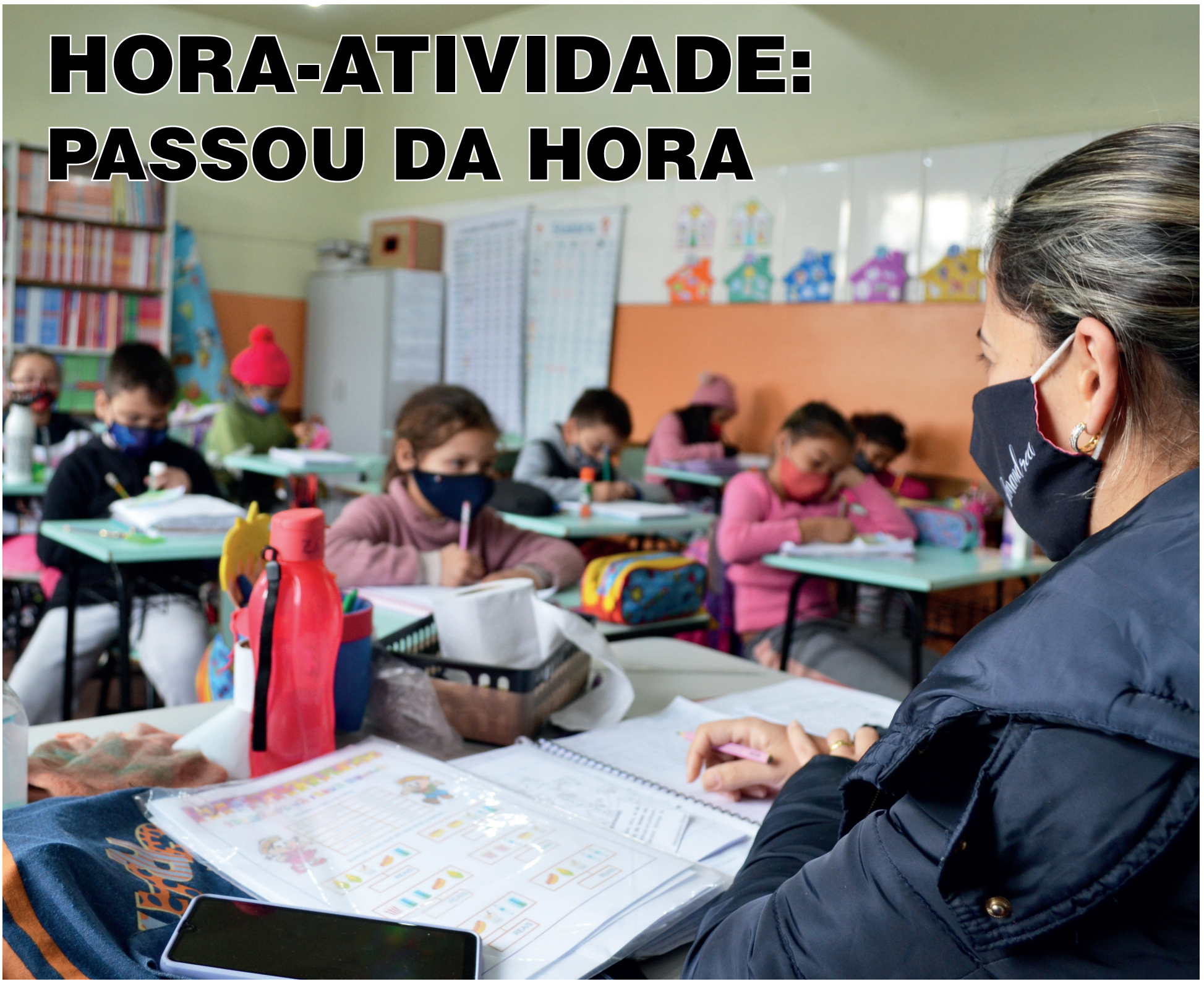
Página 3

Artigo: A importância da escuta capacitada, por Maria Paula Dutra

Contracapa

Edição 225 |
Julho de 2022
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



HORA-ATIVIDADE: PASSOU DA HORA

MOBILIZAÇÃO PARA GARANTIR O DIREITO

Pesquisa com 58 escolas indica que apenas duas tem um terço destinado à hora-atividade

Páginas 4 e 5

Crônica em Rede com Andréia Schorn

Página 6

PRAEM e saúde mental nas escolas

Página 7

CARTA AO LEITOR

DEMOCRACIA NÃO TOLERA DISCURSO DE ÓDIO

"Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor, nem os que com o senhor governam o país. O problema é o guarda da esquina". Frase proferida por Pedro Aleixo, então vice de Costa e Silva quando da edição do mais cruel e perverso ato da Ditadura Militar brasileira, o AI-5 em 1968. Acontecimentos recentes em nossa sociedade revelam que os guardas da esquina permanecem entre nós com ou sem farda. Os novos atos institucionais não mais vêm expressamente escritos na forma de normativas, mas sim, por vezes, cifrados, subliminarmente colocados caracterizando a "política do apito de cachorro" [1]. Já presenciamos secretário especial de cultura parafrasear discurso nazista, assessor da presidência reproduzir gesto supremacista e mesmo o chefe da nação incitar metralhar militantes de partido adversário. Tais colocações subvertem o sentido real de liberdade de expressão e servem exclusivamente para atiçar um público-alvo bastante específico, reforçando o discurso de ódio e incentivando a intolerância e o preconceito.

É urgente a construção de uma cultura de paz e tolerância em nossa sociedade, educando para o pleno exercício da democracia o qual exige respeito às diferentes formas de manifestação política, religiosa, ideológica e de gênero. Para isso são necessárias políticas públicas afirmativas e estrutura adequada para que muito precocemente sejam adotadas medidas a fim de identificar e orientar nossos jovens a viver a cidadania com respeito e tolerância. E isso é um desafio para todos nós, mais um.

Tais situações quando reproduzidas no ambiente escolar de forma expressa ou na forma de ameaça não devem ser tratadas apenas como algo banal e sem importância, nem tampouco resolvidas com a transferência do "problema" para outra instituição sem o devido encaminhamento e acolhimento. É fundamental contar com estrutura profissional adequada para alunos, famílias e professores. Saúde mental abalada em tempos de intolerância e ódio são uma mistura perigosa e imprevisível. Em 2022 já são mais de 500 afastamentos do trabalho por questões relacionadas à saúde na rede municipal. Certamente um grande número desses afastamentos são resultado de esgotamento físico e psicológico. Sinal de alerta.

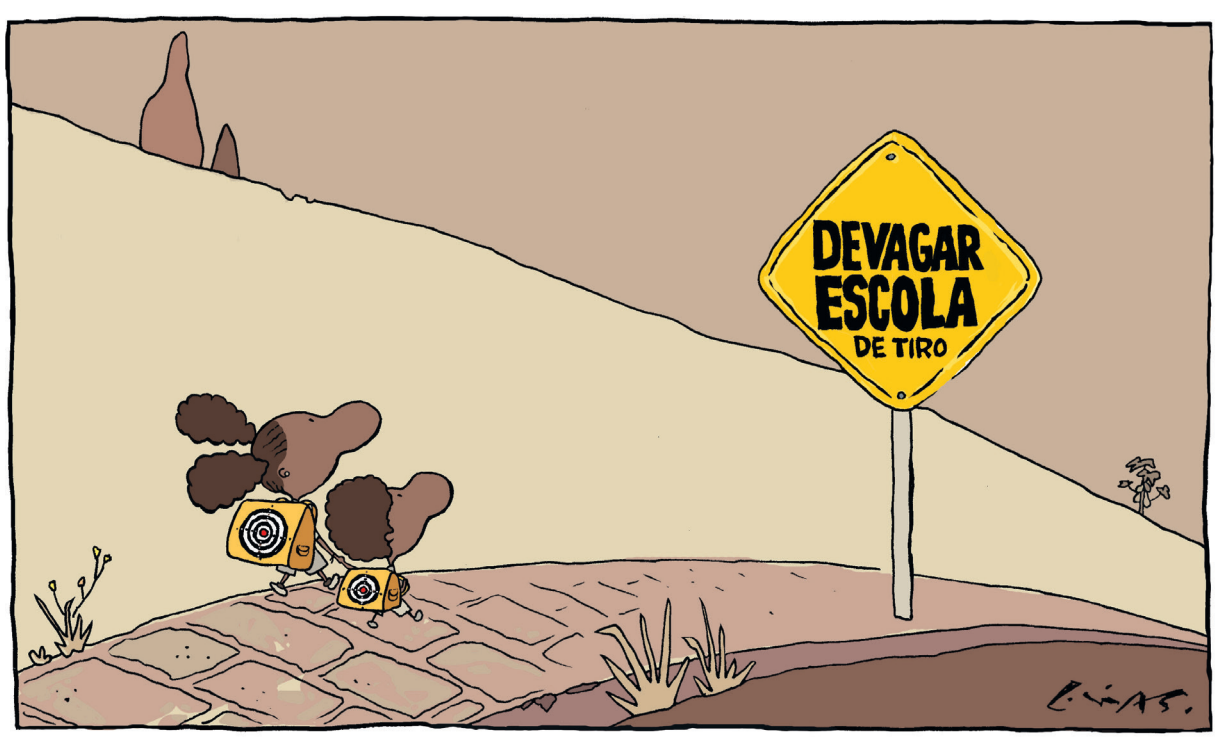
> É urgente a construção de uma cultura de paz e tolerância em nossa sociedade, educando para o pleno exercício da democracia

Precisamos de tempos de paz e tolerância. Fortalecer a educação valorizando e oferecendo a estrutura necessária para poder transformar a realidade de nossos jovens. Cuidar de quem verdadeiramente cuida. Mais do que nunca, esperançar!

Uma boa leitura!

***Apito de cachorro**, ou **política do dog whistle**, é uma mensagem política empregando linguagem em código que parece significar uma coisa para a população em geral, mas tem um significado mais específico e diferente para um subgrupo-alvo.*

CHARGE DO ELIAS



CNTE Brasil

PRISÃO DE MILTON RIBEIRO: MEC UM VERDADEIRO BALCÃO DE NEGÓCIOS

Em entrevista concedida à rede de televisão TVT ainda no mês de março desse ano, o então presidente da CNTE, hoje licenciado do cargo, Heleno Araújo, já havia vaticinado: "Então ele não deve somente deixar o cargo. Milton Ribeiro deve sair do MEC preso, já que ele é um criminoso". A CNTE desde sempre denunciou os descalabros desse ministro que só durou tanto tempo na cadeira de Ministro da Educação porque tinha o perfil de "bom moço" e, perspicaz como sempre foi, não entrava em qualquer dividida como o seu antecessor, Abraham Weintraub, hoje rompido com o ex-chefe Bolsonaro.

Milton Riberio representou o que há de pior para a educação pública nacional: defensor ardoroso do Movimento Escola sem Partido, nunca esmoreceu em defender os ideais desse projeto de educação, apesar de sua derrota fragorosa no STF que o julgou inconstitucional ainda em agosto de 2020. No exercício do cargo, deu declarações homofóbicas, associando a homossexualidade a famílias desestruturadas, o que levou a Procuradoria Geral da República a denunciá-lo no STF.

Preso agora com outros dois pastores evangélicos, como ele também o é, Ribeiro está sendo acusado justamente em decorrência do fato de ter transformado o Ministério da Educação em um verdadeiro balcão de negócios: em áudio flagrado com a voz do próprio ex-ministro, o esquema no MEC com prefeituras aliadas e indicadas por pastores evangélicos envolveu até negociata com barras de ouro e transferência de dinheiro para contas bancárias pessoais de Riberio.

Sua passagem pelo MEC foi uma afronta para a educação pública brasileira, para o conjunto do movimento educacional do país e, também, para toda a população que usa esse serviço público tão essencial. Na pandemia da COVID-19, quando foram necessárias a articulação e a coordenação do MEC no enfrentamento à doença nas redes municipais e estaduais de ensino, o ex-ministro Ribeiro se escondeu por completo. Fez coro conjunto e em uníssono com as barbaridades feitas e pronunciadas pelo seu chefe Bolsonaro, que hoje já o abandonou e o entregou aos leões.

E sabemos bem, a CNTE sempre denunciou, que Milton Ribeiro só agiu da forma que agiu com a conivência e respaldo de Bolsonaro. Isso foi dito pelo próprio ex-ministro em seu áudio vazado. Que agora Milton Riberio tenha algum esmero para, enfim, entregar o ex-chefe que não lhe guardou a mínima honra.

CAMPANHA SALARIAL

SINDICATO MAIS PRESENTE NAS ESCOLAS

Coordenação sindical e assessoria jurídica levam orientações e ouvem demandas nos espaços de trabalho

Estar presente aos espaços de trabalho sempre foi uma constância no Sinprosm. Ouvir e falar sobre as demandas específicas dos professores diretamente nas escolas contribui para uma atuação sindical com os pés firmes na realidade. Desde o final de abril, passado o período mais corrido do início do ano letivo para as gestões, a coordenação do Sinprosm tem realizado semanalmente um roteiro de pelo menos dois dias de encontros. "É fundamental o sindicato estar no chão da escola junto com os colegas. Talvez seja a nossa atividade mais importante, dialogando com o trabalhador dia-a-dia aonde o trabalho acontece", reflete o coordenador de Comunicação e Formação Sindical, Rafael Torres.

Em razão da grande demanda por informações dos processos judiciais em andamento (ver quadro abaixo) e também do assédio de diversos escritórios de advocacia que têm ido às escolas, o Wagner Advogados Associados, escritório que presta assessoria ao Sinprosm, tem acompanhado a agenda. O objetivo é orientar a categoria sobre a execução dos processos e prevenir contra a atuação muitas vezes antiética de algumas bancas, levando desinformação e promessas falsas de vitórias judiciais rápidas, muitas vezes prejudicando os professores municipais em seus interesses.

A perspectiva, segundo a coordenadora de Organização e Patrimônio, Juliana Moreira, é de percorrer todas as escolas até a metade do segundo semestre em pelo menos um turno.

Na EMEI Zulânia Salamoni, filiações e alerta sobre iniciativas antiéticas de advogados nas escolas

Nas escolas maiores, a coordenação pode organizar duas visitas. Os roteiros acontecem em EMEI's e EMEF's urbanas nas manhãs de terça-feira e tardes de quinta, com datas adicionais nas sextas pela manhã para escolas do campo. "Temos um calendário estruturado até agosto, sempre com duas escolas para cada data por região. Vamos também adaptando o roteiro conforme chegam solicitações dos grupos pela presença do sindicato, e isso acontece toda a semana", relata.

As datas são previamente acertadas com as direções, que orientam sobre o melhor horário para uma conversa produtiva, com o maior número possível de professores. Além das orientações jurídicas e funcionais, áreas em que se concentram a maioria das questões levantadas pela categoria, a coordenação promove sindicalizações e é proposto ao grupo que indique o seu representante sindical, figura responsável por fazer a ligação entre professores e sindicato.

ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS

RESUMO DAS AÇÕES COLETIVAS AJUIZADAS PELO SINPROSM

1 - Ação referente ao pagamento do abono de permanência, independente de requerimento

O Abono de permanência é a rubrica devida aos professores que alcançam o direito à aposentadoria especial, e optam por continuar em atividade. Esse direito deve ser concedido de ofício, independente de requerimento.

Informação Processual: Ação julgada procedente em primeiro grau. Atualmente aguarda julgamento de recurso em segunda instância.

2 - Ação referente a indenização por férias e licenças-prêmio não gozadas por professor aposentado voluntariamente, por invalidez ou falecido na ativa

A ação visa o pagamento de indenização pelas férias e licenças-prêmio não gozadas ou averbadas pelos professores em atividade. A ação beneficia aposentados e pensionistas de servidores, que tenham se aposentado ou falecido com até cinco anos contados da data do ajuizamento da ação.

Informação processual: Ação julgada procedente em primeiro grau, e atualmente aguarda julgamento de recurso junto ao TJRS.

3 - Ação Judicial referente a correção da base de cálculo da contribuição providenciaria.

Existem rubricas que não devem sofrer a incidência de contribuição previdenciária, pois não incorporam aos proventos de aposentadoria.

Informação: Ação ganha em grau definitivo, e o sindicato está promovendo a coleta dos documentos necessários ao cumprimento de sentença.

4 - Ação visa o direito à inclusão da RST (Regime Suplementar de Trabalho) na base de cálculo do adicional de férias

Informação: Processo com julgamento de procedência em primeiro grau, e atualmente aguarda decisão de segunda instância.

5 - Ação referente ao pagamento do piso nacional.

Informação Processual: Ação ajuizada em 2011, por outra Assessoria Jurídica, sendo que o processo obteve trânsito em julgado recentemente. O sindicato está provendo a liquidação de sentença.

HORA-ATIVIDADE

PROJETOS PRONTOS, FALTA SÓ VONTADE POLÍTICA

Pesquisa do Sinprosm confirma o que já sabíamos: hora-atividade conforme a Lei do Piso é ínfima na rede municipal

Passado o auge da pandemia, com as escolas em funcionamento normal, turmas cheias e todas as responsabilidades (dentro e fora da sala de aula) dos professores a serem cumpridas, fica cada vez mais clara a necessidade do cumprimento, pela mantenedora, de um dos direitos expressos na Lei do Piso Nacional dos Professores: a hora-atividade. Um dos legados do período de atividades remotas é a visualização prática, por parte da categoria, de que tempo razoável para discussão coletiva, planejamento e formação torna a organização do trabalho muito mais fácil e exitosa. A inexistência de tempo disponível dentro da jornada de trabalho para esta finalidade não condiz com a evolução necessária do processo educacional.

Este é um dos motivos que leva os professores municipais, através do seu sindicato, a fortalecer a luta pela distribuição correta da carga horária, com dois terços frente a aluno e um terço para atividades extraclasse.

A coordenação sindical compõe um grupo de trabalho organizado pela Secretaria Municipal de Educação que contribui na formatação de um projeto para a hora-atividade (*ver matéria ao lado*). Será organizado um documento final, para ser encaminhado ás demais secretarias (Procuradoria-Geral, Gestão de Pessoas e Finanças) com todas as demandas necessárias para a implementação, como as contratações. Estima-se que serão 274 pedagogos e especialistas atelieristas para a educação infantil e um número ainda incerto de profissionais para os anos iniciais, visto que existem recursos humanos que podem ser aproveitados na própria rede. "Reagindo à mobilização da categoria na Parada da Rede, o prefeito afirmou que a SMED tem carta branca. Entendemos que, a partir de agora, é a vontade política do governo que decidirá", avalia a coordenadora de Organização e Patrimônio, Juliana Moreira, que, junto com a coordenadora de Finanças, Marta Hammel, representam o Sinprosm no grupo de trabalho. O projeto final será apresentado ao secretariado e a Pozzobom ainda em julho.

Na educação infantil, hora-atividade ainda é sonho. Na EMEI Zahuie Farred, a professora Márcia Paines Rigui planeja com a coordenadora pedagógica Viviane Seerig Maus e os alunos do Maternal 1

FOTOGRAFIA DO MOMENTO

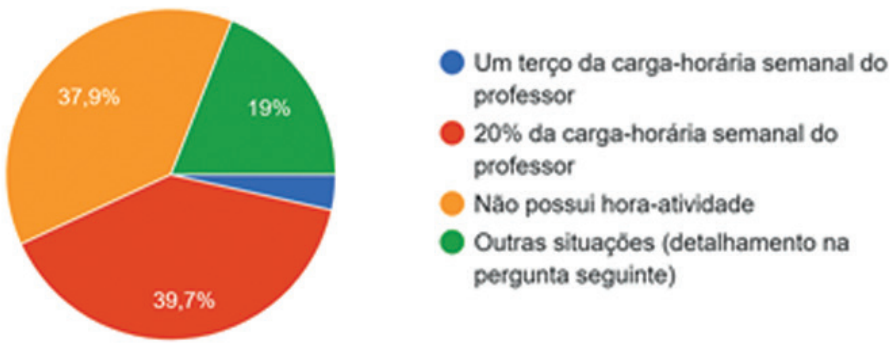
Em junho, o Sinprosm encaminhou ao e-mail institucional das 80 escolas um formulário online com seis perguntas. O objetivo da pesquisa é entender a situação atual nas escolas, contemplando as diversas formas de arranjo que as escolas estão fazendo para garantir esse direito a pelo menos uma parcela dos professores e como é o atendimento dos alunos. Dos 80 e-mails, 58 transformaram-se em respostas no Google Docs, sendo 38 EMEFs e 20 EMEIs. Os dados apenas confirmam o que já se sabia: a grande maioria das escolas não tem hora-atividade para todos os professores e, os que têm, muito raramente chega a um terço.

Sem especificação de nível, modalidade ou da carga-horária destinada, a pesquisa indica que em 29,3% das escolas todos os professores têm algum tipo de hora-atividade. A maior fatia é das que conseguem ter pelo menos em algum nível/modalidade: 39,7%. Em 31% das escolas, nada.

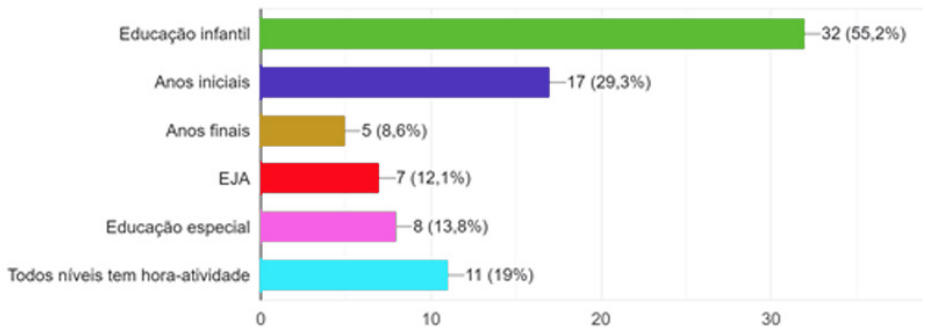
Já quando a questão fala do percentual da carga-horária, apenas duas escolas (3,4%) afirmam garantir um terço da jornada. Grande parte, principalmente nos anos finais, tem os 20% que constam no Plano de Carreira. Para outra fatia importante (19%), existem diferentes arranjos com sobras de carga-horária, projetos e hora-atividade quinzenal.

E, com essa colcha de retalho de situações, a maior lacuna ainda é a educação infantil: 55% das escolas, mesmo as que ofertam diferentes modalidades, não conseguem dar conta da hora-atividade aos professores da primeira etapa. A razão é a falta de recursos humanos para cobrir o tempo que deveria ser destinado às atividades extraclasse, que acabam acontecendo dentro de sala de aula, intervalos ou em dias de chuva, quando menoss crianças vão à escola. "Sempre fizemos assim, estamos acostumadas. Também por isso que as coisas demoram a acontecer. Nós acabamos dando um jeito", comenta a diretora da EMEI Zahie Farret, Lizandra Casali da Silveira.

A carga horária destinada à hora-atividade é de:



Caso somente alguns dos níveis atendidos pela escola tenham hora-atividade, quais não possuem?



HORA-ATIVIDADE

ASSEMBLEIA DECIDIU INTENSIFICAR LUTA PELA HORA-ATIVIDADE

Cumprimento da distribuição de carga-horária como prevê a Lei dpo Piso é o objetivo mais imediato da categoria

Reunidos em assembleia convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Santa Maria no dia 22 de junho, a categoria definiu aprofundar a luta pela hora-atividade. A proposta de mobilização construída pelos cerca de 30 docentes presentes no auditório da Cesma contempla campanha nos meios de comunicação e atividades presenciais.

A distribuição da carga horária, com dois terços de interação com estudantes e um terço reservada para planejamento, formação e avaliação de atividades, está prevista na Lei do Piso Nacional datada de 2008, com sua constitucionalidade confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em junho de 2020. No entanto, na rede municipal de Santa Maria este direito ainda não é respeitado.

Vem sendo preparado na Secretaria Municipal de Educação um projeto-piloto, com a participação de um grupo de trabalho em que o Sinprosm está representado. Existe a previsão da criação de ateliês para a educação infantil, com a contratação de pedagogos e professores especialistas em diferentes áreas, como educação ambiental, robótica, artes e educação física, para a formação de equipes itinerantes. No ensino fundamental, a estrutura curricular sofrerá modificações, com base em portarias da rede estadual, incluindo componentes como educação física, robótica, artes, línguas estrangeiras, dentre outras, com a função de atender turmas nos períodos em que os professores estarão em hora-atividade. Para os anos finais, haverá a adequação da carga-horária, contemplando a distribuição prevista em lei. Inicialmente seriam professores contratados temporariamente, cargos que seriam criados na estrutura do município e posteriormente ocupados por concurso público específico. "Pedagogicamente, a proposta está pronta. Precisamos ver como será na prática. E, para isso, é necessária vontade política do governo", destaca a coordenadora de Organização e Patrimônio Juliana Moreira.

Prestação de contas, ação judicial e mobilização pelo planejamento estiveram na pauta do encontro

JURÍDICO

Foi aprovado pela assembleia o ingresso de nova ação coletiva pelo pagamento do piso nacional da categoria. A proposta foi apresentada pelo escritório Wagner Advogados Associados, que assessora o Sinprosm juridicamente. Será utilizada uma nova tese, em que sustenta a aplicação do piso nacional no plano de carreira a partir do primeiro nível e classe, conforme determina a Lei do Piso Nacional. "O plano de carreira local nos favorece muito neste sentido", explicou o advogado Héverton Padilha.

CONTAS

A assembleia ordinária teve como ponto de pauta principal a prestação de contas do ano de 2021. Os números, apresentados pela coordenadora de Finanças na gestão anterior e atual coordenadora de Organização e Patrimônio, Juliana Moreira, e pela atual coordenadora de Finanças, Marta Hammel, demonstram uma instituição com saúde financeira. As contas foram aprovadas por unanimidade.

EM DIA DE FORMAÇÃO, CATEGORIA LEVA REIVINDICAÇÃO NO PEITO

O Sinprosm saúda o recebimento de 1.515 chromebooks, entregues aos docentes municipais pela Prefeitura. O ato simbólico aconteceu durante a 4ª Parada da Rede no dia 29 de junho.

A informatização é um passo importante para a qualificação do ensino, e a disponibilização de tais ferramentas deve ser reconhecida como um avanço. Utilizar novos e modernos equipamentos abre um leque de oportunidades para a educação de Santa Maria, na mesma medida que traz responsabilidades aos professores: devemos (e queremos) fazer mais e melhor. Mas quando? Que horário sobra aos professores municipais para fazer uso da Chromebook?

A imensa maioria da categoria trabalha com toda a sua carga-horária frente a aluno. Planejar, participar de formações, registrar trabalho, compartilhar experiências com os colegas deveria ser feito na hora-atividade. A distribuição da carga horária do professor nem de longe respeita a Lei do Piso em Santa Maria. Teremos que exacerbar ainda mais a nossa carga-horária para fazer o uso adequado do Chromebook?

Não é aceitável, em julho de 2022, os professores municipais precisarem fazer reuniões em meio aos alunos, ou fora do horário, ou – ainda pior – não ter planejamento.

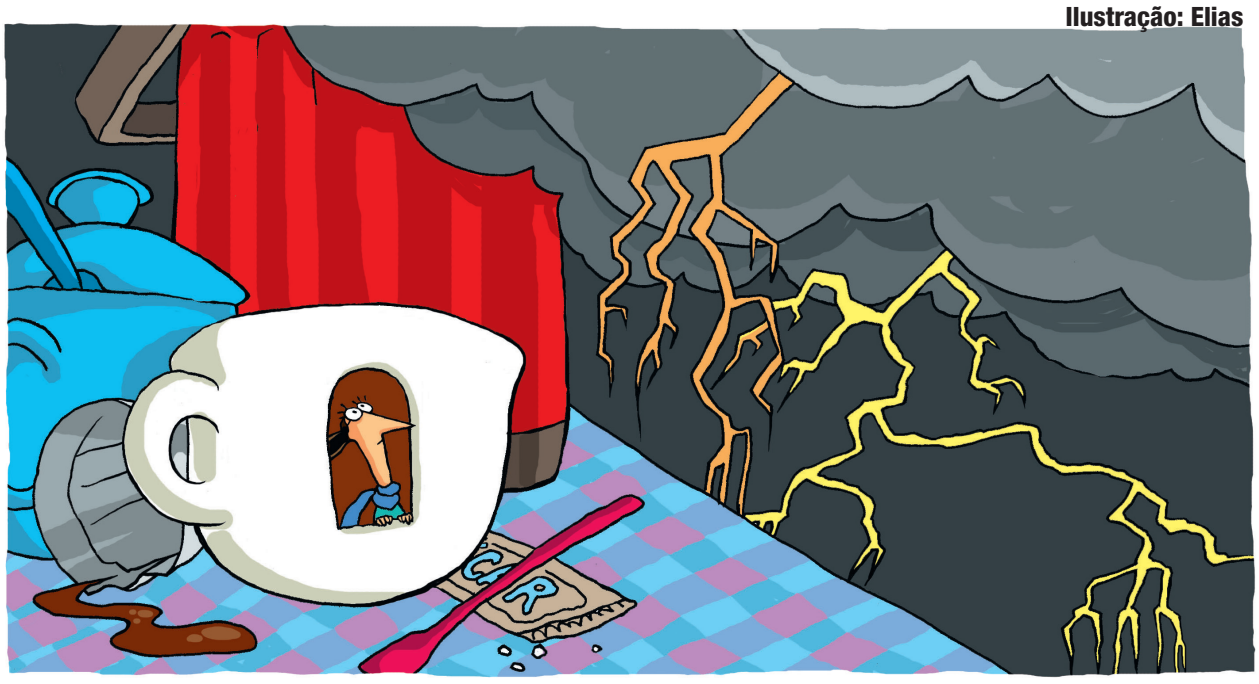
Por isso, durante esta Parada da Rede, o Sinprosm distribuiu à categoria adesivos de peito com a inscrição HORA-ATIVIDADE JÁ e exibiu faixas reivindicando o respeito a esse direito. Continuaremos na luta pelo cumprimento da Lei do Piso, o que foi reforçado junto ao prefeito Jorge Pozzobom, presente ao evento.

Adesivo distribuído durante a Parada da Rede

CRÔNICA

POSSO TOMAR UM CAFÉ ANTES?

Ilustração: Elias



Desde o começo de 2022 na escola eu tenho me feito essa pergunta ou interpelado com ela a pessoa que vem até o meu encontro para me pedir uma solução para algo urgente que está acontecendo na EMEF Sergio Lopes. As urgências nesse ano letivo de 2022 se tornaram uma constante e vão desde um estrago repentino no prédio precário da escola até um acolhimento para uma pessoa em um momento difícil.

Lembro que já na primeira reunião de diretores da RME fiquei incomodada com a Secretaria de Educação que de imediato nos pedia nesse ano tão desafiador para acreditarmos em nós mesmas e não desistirmos de nossos sonhos e do nosso poder de mudar o mundo. Ora, sabemos que clichês de autoajuda em nada vão transformar a realidade de anos de desigualdade e pouco investimento na educação pública. Nossos gestores sabem disso. Me revolta falas perversas como essa porque coloca sobre os ombros de nós, professores diretores, a solução de desafios ainda mais complexos agora que a pandemia acabou (acabou mesmo?). E, por isso, de março para cá tenho tomado muitos cafés, eles descem, muitas vezes, frios pela minha garganta porque o líquido passa do ponto devido a correria que viraram nossas vidas dentro da escola.

Considerando que começamos o ano "cem por cento presencial", "a escola tá on", noticiado aos quatro ventos na cidade sem o quadro completo de professores. Tivemos o desagrado de na reunião inicial com pais e responsáveis saudar a comunidade escolar com a notícia de que não tínhamos como atender todos os nossos estudantes, algumas turmas não tinham professor, outras não tinham estagiários e em algumas situações tínhamos até os colegas que iriam trabalhar conosco em regime suplementar de trabalho, mas a mantenedora ainda não autorizava suas jornadas de trabalho.

Perguntas de pais que ligavam todos os dias para o Ministério Público exigindo o direito de os filhos terem aulas geraram denúncias que nos comprometiam a responder todas as semanas e-mails com prazos imperativos dando satisfação para a promotoria de porquê não estávamos dando aula ainda e de quantos estudantes estavam sendo dispensados das aulas. Como se uma coordenação pedagógica reduzida a duas pessoas pudesse dar conta desse caos. A esse desafio foram se somando outros e os cafés que eu tomava já não davam conta de me animar e estávamos recém em março.

Estou falando de um pós-pandemia onde a própria pandemia do coronavírus não acabou. Sigo recebendo diariamente atestados médicos afastando colegas professores, funcionários e estudantes por covid e/ou sintomas gripais e igualmente seguimos os substituindo em suas salas de referência. Tempo que sobra para desempenhar o trabalho de diretor e vice-diretor? Me dá um café porque isso tem nome, chama-se sobrecarga. Estamos carregando muito mais que nossas responsabilidades que não são poucas.

O quadro de professores completo somente há um mês, os atestados de saúde que se apresentam continuamente e a desigualdade social em nada colaboram para a recomposição de aprendizagem das crianças e estudantes. Nesse tempo ainda me faltaram palavras para acalmar colegas que estavam e estão trabalhando em regime suplementar de trabalho e ainda não receberam seus ordenados completamente.

Tirando isso, há uma epidemia silenciosa que está abalando a saúde mental das pessoas e nós profissionais da educação temos que lidar com problemas da sociedade que respingam na escola sem recursos humanos suficientes da psicologia, da orientação educacional, da assistência social. Como superar tantas dificuldades? Nas escutas de pessoas da comunidade escolar que sentem medo, pânico, ansiedade e depressão nós tentamos corajosamente salvar vidas, mas pouca coisa está realmente ao nosso alcance e isso nos entristece.

Tomo café ainda para me manter alerta com o financeiro da escola, os recursos que recebemos fazemos "dar cria" para tentar manter e oferecer um prédio seguro para todos e minimamente adquirir material escolar e pedagógico, a fim de desenvolver um bom trabalho. Nossa comunidade é dedicada e engajada, fizemos mutirões e temos um projeto Amigos da Escola para darmos melhores condições de trabalho para professores, crianças e estudantes ensinarem e aprenderem. Só que isso incomoda porque queríamos um governo municipal que diz amar tanto a Educação, mais comprometido com suas escolas e profissionais, entendemos que isso é obrigação dos governos.

Vou tomando meus cafés para aguentar esse ritmo de trabalho tão urgente que os desafios da gestão escolar pós-pandemia nos impõem e amei buscar essa semana os chromebooks para os professores. No entanto, também queria ver o mesmo investimento da SMED em nos dar recursos humanos para a hora-atividade dos professores, principalmente os da educação infantil. O mesmo também, senão, um melhor investimento na merenda escolar, porque o pós-pandemia empobreceu ainda mais as famílias e a maioria dos nossos estudantes contam com a refeição da escola para não sentir fome durante o dia e atualmente o financeiro da escola está sempre devendo merenda escolar, os alimentos e o gás de cozinha subiram muito e a verba não aumentou um real sequer.

Para terminar essa crônica peço tempo para tomar um último cafezinho no cair da tarde lembrando de uma reunião de coordenadores pedagógicos desse ano onde as colegas que foram voltaram nos contando que naquela reunião a SMED havia feito uma dinâmica evidenciando a reflexão de que nós não somos máquinas e nós não somos. Nas escolas máquinas e chromebooks não são importantes senão cuidarmos e valorizarmos as pessoas. Somos mulheres e homens professores que nos elegemos diretores e vice-diretores para vencer esses desafios e contribuir efetivamente com uma educação pública de qualidade, e haja café para levantar nossos corpos todos os dias a fim de sermos mesmo capazes de trilharmos com nossa comunidade escolar um caminho com mais igualdade, valorização, equidade e inclusão na educação.

Andréia Aparecida Liberali Schorn
Diretora da EMEF Sérgio Lopes
Pedagoga Mestre em Educação

CAMPANHA SALARIAL

NO RETORNO PRESENCIAL, A PANDEMIA É DE SAÚDE MENTAL

O acumulado de problemas que alcançaram as escolas em 2022 demonstra a necessidade de ações de acolhimento na rede

No Brasil, mais de 32,5 milhões de casos e quase 672 mil mortes (até o início de julho). Em Santa Maria, 69 mil casos e se aproximando de mil vidas perdidas para a COVID-19. Por praticamente dois anos, as diversas restrições resultantes pelo isolamento social mantiveram o funcionamento das nossas escolas longe da normalidade.

Mesmo após a vacinação, no segundo semestre de 2021, com fortes restrições e protocolos rígidos, não foi possível ter base prática do que seria a verdadeira volta à presencialidade. Esta realidade só pôde ser compreendida a partir de fevereiro último, quase dois anos depois, e em um retorno um pouco duro demais.

A verdade é que não houve um acolhimento sensível à delicadeza do momento. Neste primeiro semestre, as escolas com sérios problemas de saúde e não é (só) pela COVID-19. A saúde mental de professores, alunos e famílias está comprometida; o impacto social e econômico salta aos olhos; a aprendizagem ficou congelada no tempo; e a mantenedora não tem um plano concreto de como atacar essa situação complexa.

No último dia 6 de junho, uma situação limítrofe surpreendeu e entristeceu a todos. A descoberta pelos órgãos de segurança de um plano de ataque à EMEF Santa Helena, arquitetado por um aluno de 13 anos da própria escola, não passou de um susto, mas exige reflexão e ações imediatas. Sem cuidar da pandemia da saúde mental, continuaremos enxugando gelo. Para além das medidas de segurança, importantes para que tragédias sejam evitadas, é fundamental um olhar diferenciado. Precisamos de políticas públicas efetivas de cuidado e acolhimento.

Sede do PRAEM na Rua Conrado Hoffmam. Ampliação do espaço reflete o grande leque de serviços

PRAEM

Em Santa Maria, além da rede de saúde pública, o Programa de Atendimento Especializado Municipal é o serviço onde o atual estado das coisas fica mais visível. Criado de fato em 2009 (e por lei em 2015), tinha originalmente outro foco, muito mais voltado às dificuldades da aprendizagem. "Começou com o intuito de ser para assuntos educacionais, e hoje tornou-se de saúde mental leves e moderados dos nossos alunos. Eu digo que buscamos garantir qualidade de vida", resume a coordenadora Juliane Riboldi. O aumento do leque de atendimentos se reflete no aumento do espaço físico e de pessoal: conta com 44 profissionais (destes, 33 são profissionais da educação) e 32 estagiários de diversas áreas, instalados em uma casa na Rua Conrado Hoffman, no bairro Lourdes, com 12 salas de atendimento, duas de espera e cinco banheiros.

O acesso ao serviço se dá por encaminhamento das escolas, ao identificarem problemas que prejudicam a aprendizagem. Existem 25 frentes de trabalho, que vão desde programas com foco na saúde (fonoaudiologia, psicologia, etc), apoio pedagógico e debates em grupo sobre assuntos como diversidade de genero e preconceito.

Em 2021 foram mais de 3.000 atendimentos e, em 2022, até a metade do ano, se aproxima dos 2.000, por toda a complexidade de questões que voltaram ao âmbito da escola após a pandemia e por causa dela. Segundo Juliane, todo dia chegam entre 10 e 20 encaminhamentos. Violência doméstica, questões sociais (envolvimento com tráfico de drogas e facções), abuso sexual, identificação de altas habilidades e autismo, sexualidade, adaptação à rotina escolar na educação infantil e anos iniciais, dificuldade no desenvolvimento integral por conta da falta da socialização (fala, motricidade, sensorialidade), atraso na aprendizagem, são alguns dos mais comuns. E não há perspectiva de que essa demanda venha a arrefecer, tendo em vista a falta de iniciativas que busquem atacar a causa, e não seus efeitos.

Juliane Riboli, coordenadora do PRAEM (ao centro), com a servidora Gabriela Alfaro (à esquerda) e a professora Luci Duartes (à direita) na recepção do serviço. Ao todos, são 44 profissionais no espaço

Edição 225 |
Julho de 2022
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

A Importância da Escuta Capacitada

Ao considerar a escuta - não somente a habilidade de ouvir, mas a ação de escutar, e compreender o que se ouve - um dos pilares do trabalho terapêutico, é possível entender como conversar com alguém pode ser purificador. A visão de uma escola, constituída a priori e sem a visão diária, perde o significado quando a prática escolar vira rotina e a dinâmica de entender como uma instituição escolar se mantém se torna consequência.

Para, o que entendemos como adultos independentes, foi e ainda é uma questão de adaptação ao real, bem desafiadora. No ano de 2022, com a volta integral do ensino presencial, num período pós-isolamento, dada às questões de saúde pública causadas pela pandemia de Covid-19, é fácil de enxergar como as habilidades sociais, a capacidade de comunicação e outras condições de convivência em grupo foram drasticamente prejudicadas pela vida online. Por isso, na perspectiva da psicologia escolar, entender como o mundo de uma criança em fase de socialização, em tempos anteriores, em média, dos cinco aos sete anos de idade, agora começou aos nove, e a insegurança de ser e descobrir como ser um indivíduo longe do âmbito familiar, é mais assustador ainda. Ou para os adolescentes que passaram pela quebra da família ideal, o luto pela infância e o processo de tribalização dentro de casa, estar entre outros jovens que entendem e passam pela mesma situação pela primeira vez é reconfortante e pavoroso ao mesmo. A escola pode oferecer espaço para que essas mudanças sejam possíveis, compreender que, o processo de descoberta pessoal, que sempre aconteceu entre suas paredes, agora, mais que nunca, deve ser sustentado e preservado, os déficits não foram, e nunca serão, apenas educacionais, mas também de caráter psíquico e social, e devem ser tratados com tal importância. Nessa realidade pós-pandemia, é possível notar outros sintomas sociais que a escola pode notar e auxiliar na melhora das relações, como resolução de conflitos, comunicação não violenta, oferecer espaço e estrutura para que os alunos possam ter a capacidade de se entender entre si, oferecendo as ferramentas necessárias para que também ocorra a independência das relações das crianças e adolescentes.

Apesar de não ser novidade para professores e funcionários, a vida dos alunos, reflete dentro da escola, seja pelo rendimento, pela postura, comportamento ou emoções, por isso, um desafio enfrentado é entender o que acontece dentro do universo particular de cada um, e ainda assim, conseguir manter o trabalho em dia, já que, por exemplo, em turma de Ensino Fundamental I, é fácil para um professor perceber algumas mudanças nos alunos, que os conhece bem e os vê todos os dias, mas o difícil é conseguir acessar essa informação e não ter efeito sobre ela. Ou em alunos de Fundamental II, onde a mudança de comportamento será mais agressiva, dado o início da adolescência e todas as transformações que a fase acarreta, e já não é apenas um professor, mas sim, vários. Assim, sorte do aluno tendo um professor em que se confie, esse escolhido, que terá o privilégio de entender o que se passa entre a mente e a realidade do aluno.

É clara como a função de um psicólogo escolar é válida, poder dar atenção a problemas e sentimentos que estão além do controle dos professores e funcionários, enxergar as necessidades de um aluno que vem de fora, mas acaba ganhando espaço dentro da escola para se manifestar. É visível, todos os dias, como tanto os alunos, como o próprio corpo docente tem a necessidade de falar e ser escutado.

Maria Paula Porto Dutra
Acadêmica de Psicologia/UFN
Estagiária em Psicologia na Rede Municipal

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES

Mala Direta Postal
Básica
9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM
CORREIOS

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Juliana Corrêa Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Rafael Gomes Torres, Marta Hammel, Deise da Silva, Lenir Keller

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.500 exemplares